

LETÍCIA QUEIROZ DE ANDRADE

DESAPROPRIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

(à luz do princípio federativo)

Malheiros Editores



<http://bdjur.stj.gov.br>

Localização: 351.712.5(81)

A553d

Código de barras: STJ00063540

SUMÁRIO

PREFÁCIO - PROF. CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO	9
INTRODUÇÃO - APRESENTAÇÃO DO TEMA E CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	13
PARTE I - O PRINCÍPIO FEDERATIVO	17
CAPÍTULO 1 - O CARÁTER FUNDAMENTAL DO PRINCÍPIO FEDERATIVO	19
1. Os princípios jurídicos fundamentais	19
2. O princípio federativo como princípio fundamental do sistema jurídico brasileiro	25
CAPÍTULO 2 - O CONTEÚDO JURÍDICO DO PRINCÍPIO FEDERATIVO	28
1. O conteúdo mínimo de significado atribuído ao vocábulo "federação " a significação jurídica de seus critérios de uso	30
1.1 Primeiro critério: descentralização do poder político	31
1.2 Segundo critério: autonomia recíproca	33
1.3 Terceiro critério: integração em um mesmo território	34
2. As diretrizes de sentido componentes do conteúdo jurídico do princípio federativo	38
PARTE II - IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS ACERCA DA DESAPROPRIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS	55
CAPÍTULO 3 - PANORAMA DE REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS, DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS ACERCA DA DESAPROPRIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS	57
PARTE III - EXAME DOS PROBLEMAS À LUZ DO PRINCÍPIO FEDERATIVO	85
CAPÍTULO 4 - A POSSIBILIDADE JURÍDICA DE EXERCÍCIO DO PODER EXPROPRIATÓRIO ENTRE AS ENTIDADES FEDERATIVAS	87
1. A situação jurídica que autoriza o exercício do poder expropriatório também pode se configurar entre as entidades federativas	88



2. A compatibilidade do exercício do poder expropriatório entre as entidades federativas com a "autonomia recíproca" e o "equilíbrio federativo"	100
3. A desnecessidade de expressa previsão infraconstitucional para autorizar o exercício de poder expropriatório entre as entidades federativas	104
CAPÍTULO 5 - AS CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS PARA A PRÁTICA DA DESAPROPRIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS	109
1. A condição subjetiva	110
2. A condição objetiva	117
3. A condição finalística: critério para a resolução dos conflitos entre as entidades federativas	122
CAPÍTULO 6 - EXTENSÃO ÀS PESSOAS ADMINISTRATIVAS DO MESMO TRATAMENTO JURÍDICO APLICÁVEL ÀS ENTIDADES FEDERATIVAS	
1. Pólo ativo da desapropriação	127
2. Pólo passivo da desapropriação	130
CONCLUSÃO	
CAPÍTULO 7 - PROPOSTA DE TRATAMENTO JURÍDICO APLICÁVEL À DESAPROPRIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS	136
BIBLIOGRAFIA	141

